

A ideologia do sentimento nacional Por Cilaine Alves Cunha

<http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/1606.shl> (28/3/2005)

Obra de Gonçalves de Magalhães traz série de questões sobre a história literária brasileira

Os efervescentes anos de fundação da literatura brasileira produziram um intenso debate que evidencia tanto as tentativas de definir a cor local quanto os primeiros esforços de construção de uma história literária no país. A coincidência entre o processo de Independência e a busca de definição da especificidade da literatura gerou um movimento na cultura voltado para buscar os pressupostos tanto da história propriamente dita quanto os da história literária.

Nesse esforço de delimitação metodológica dos fundamentos de uma história literária, os textos pioneiros de Domingos Gonçalves de Magalhães (1811-1882), "Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil" (1836), e de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), "Ensaio Histórico Sobre as Letras no Brasil" (1847), tornaram-se responsáveis por traçar "esquemas cronológicos que serviram de base à construção de uma periodologia", veiculando, diz Benedito Nunes ("Crivo de Papel", Ática, 1998), pressupostos que contribuíram para estabelecer tradição canônica romântica.

Embora esses dois textos tenham sido fundamentais na formulação, como destaca Benedito Nunes, de um "esboço seminal" da história literária, o texto de Magalhães será aqui priorizado, não por ser anterior ao de Varnhagen. Tal prioridade não se deve apenas ao fato de Magalhães levantar uma série de questões fundamentais para a definição dessa historiografia, mas sobretudo por documentar uma concepção de história literária cujos critérios coincidem em grande medida com a ideologia nacionalista.

"Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil" foi publicado em 1836, no período entre a Segunda Regência e a Maioridade, quando o autor encontra-se em Paris, completando sua formação estudantil. Nesse momento, as elites políticas locais já se articulavam em torno da possibilidade de decretar a maioria do príncipe regente, lidando com uma frente de batalha dupla, tanto contra as ameaças de recolonização do país pelos portugueses, como contra o radicalismo político das revoluções regenciais. Ressalte-se ainda que, nessa época, a consciência de pertencer à unidade territorial não estava ainda consolidada na cultura. A publicação do artigo de Magalhães coincide tanto com as manobras políticas no sentido de conter a maré revolucionária, republicana e abolicionista, como de formar e revelar um sentimento de unidade nacional, fundamental para as medidas de controle da economia e da política brasileiras, empreendidas por um governo central.

Nesse período germinal da historiografia literária e de definição da literatura brasileira, o artigo de Magalhães fundamenta suas motivações não necessariamente numa empreitada voltada para traçar um balanço exaustivo dos períodos, obras literárias e autores da história, autodefinindo-se antes como um “projeto de historiografia”, uma “sondagem” sobre a origem e o progresso da literatura. O texto levanta uma série de questões a respeito dos critérios em torno dos quais a história literária deveria assentar seus pressupostos, traçando um esboço prévio para as histórias literárias que o seguiram.

Tributário em grande medida do texto de Ferdinand Denis, “Resumo da História da Literatura Brasileira” (1826), Magalhães pressupõe uma ancestral e “instintiva” evolução da inteligência brasileira que, segundo ele, viera se constituindo já com os aborígenes, mas que teria sido abortada pela invasão portuguesa. Propõe, com isso, que uma história literária deve teorizar o Espírito de cada época, procurando averiguar as modificações sofridas ao longo de seu desenvolvimento, desde a sua origem.

Para tanto, adota a convicção anacrônica de que, no Brasil, teria havido, desde a Colônia, uma literatura brasileira com peculiaridades próprias, mas que, em contato com a portuguesa, teria sofrido modificações que fizeram com que sua especificidade desaparecesse. Uma história literária brasileira deveria, assim, averiguar quais foram as mudanças sofridas pelo que se concebe por expansão da “inteligência brasileira” em cada uma de suas fases.

Assim, entre os pressupostos que levanta a respeito dos critérios de construção da história literária, destina um lugar de destaque à filosofia da história, cabendo-lhe analisar “qual a sua origem, seu progresso, seu caráter e suas fases”, além de observar os “homens que a cultivaram e as circunstâncias que a tolheram ou favoreceram seu florescimento”. Para Magalhães, uma vez que cada época é determinada por um Espírito ou uma razão própria, a filosofia da história deve também fazer um levantamento das obras e autores representativos de cada época:

“Por um espírito de contágio, uma idéia lavra entre os homens de uma época; reúne-os em crenças, em pensamentos se harmonizam e para um só fim tendem. Cada época representa então uma idéia que marcha escoltada doutras, que lhe são subalternas, como Saturno rodeado de satélites, ela contém e explica as outras idéias como as premissas no raciocínio contém e explicam a conclusão. Essa idéia é o espírito, o pensamento mais íntimo de sua época.” 1

Não obstante, a certa altura de seu texto, o autor desiste da empreitada de avaliar a Idéia que teria marcado as modificações de cada fase da literatura, alegando carência de documentação. Essa espécie de fuga do problema proposto pela discussão, realizada por meio do questionamento de seus princípios mais legítimos, pode ser melhor compreendida na evidência de que o texto, ao se apoiar na romântica correspondência entre as origens da tradição

de um povo com sua literatura, funciona objetivamente como programa de definição da nacionalidade em literatura.

Dessa forma, apesar de anunciar, em sua introdução, que seu objetivo seria averiguar qual a razão que marca os diversos períodos da história literária brasileira, Magalhães, ao longo de seu texto, abandona essa intenção, submetendo a história dessa literatura a um programa de definição de sua especificidade. Mas esse abandono da filosofia da história em favor de um programa de definição da cor local não se restringe a Magalhães, mas foi antes uma ruptura gestada nos momentos iniciais dessa metodologia, num período anterior à ascensão da burguesia como classe dominante.

Na passagem do século XVIII para o XIX, o nascimento da história literária foi antes de tudo uma reação contra a antiga concepção do tempo como um fenômeno circular que repete o passado no presente, reproduzindo categorias e abstrações universais, tomadas como fundamentos de uma verdade absoluta e sagrada. Proposta inicialmente por Herder, por volta de 1770, quando da vigência do movimento romântico alemão, Sturm und Drang, e levado a cabo posteriormente pelo idealismo alemão, especialmente por Schiller e Goethe, a moderna concepção da história baseia-se no conceito de *Bildung* (formação e cultura), formulado em estreita relação com o de filosofia da história.

De acordo com os pressupostos do idealismo alemão, o processo de formação da sociedade e da literatura de um povo obedeceria a um princípio orgânico, análogo ao dos fenômenos naturais, nascendo, amadurecendo e degenerando-se ao longo de uma cadeia evolutiva, mas de tal forma que cada uma de suas épocas seria regida por leis próprias e singulares. Assim, a história se desenrolaria estabelecendo relações de causa e efeito entre um período anterior e o seguinte, movida por forças relativas e particulares, forças essas determinadas pelos traços típicos de cada fase da sociedade.

Em seus momentos iniciais, a história literária buscou assentar seus fundamentos ressaltando a necessidade de se levantar os nexos que a ligam à história da literatura mundial (*Weltliteratur*). Obcecados pela idéia de uma "essência" original ou de "idéias primordiais" regendo a formação dos fenômenos, os românticos alemães prescrevem que a história literária averigüe os nexos factuais que podem ligar um período dado a outro remoto, por meio de estudos comparativos que pudessem estabelecer as inter-relações fundantes de uma cultura com a de outra anterior.

A aceitação de que haveria uma essência orgânica regendo a harmonia entre os contrários pressupõe, conforme Georg Steiner ("Nenhuma Paixão Desperdiçada", Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 153), a universalidade comum das leis de regulação dos fenômenos, a literatura entre eles, e, simultaneamente, a necessidade de estudar as conexões, os contrastes e a harmonia entre uma cultura e o sistema mundial em que ela se insere.

Assim, as formulações iniciais de uma história literária não se dissociavam da história universal. Ressaltavam-se antes os nexos entre ambas, adotando como metodologia a comparação entre as diversas literaturas do mundo. Os idealistas românticos procuram com isso averiguar o legado de uma na outra, pressupondo um entrelaçamento dos acontecimentos de as regiões do mundo, de tal sorte que estas só podem ser compreendidas, num termo de Norbert Elias, “no quadro de referência da humanidade como um todo”.

É nesse sentido que o princípio de originalidade das leis que regem a cultura leva a teoria idealista da história a dividir a literatura de um povo em fases e conceber que cada uma delas seria determinada, conforme Robert Jauss, por uma Idéia fundamental, interligando todos os acontecimentos do mundo, até que tal idéia seja substituída por outra razão própria que marcaria uma nova fase e a superação da anterior.

Se a história se constrói como uma linha evolutiva no processo de formação de uma cultura, a filosofia da história seria o conhecimento do desenrolar desse processo ou, conforme a formulação de Schelling, (“Conversações Sobre Poesia e Outros Fragmentos”, São Paulo, Iluminuras, 1994, p. 45), a história deveria compreender as leis que regem a formação da cultura, acompanhando todas as etapas de sua formação, indo de etapa em etapa até chegar a uma provável “fonte original”.

Essa concepção evolutiva da história de um povo e de sua literatura coincide, como se sabe, com o apogeu do capitalismo industrial, quando a burguesia caminha para tomar o poder e firmar-se como classe hegemônica. Para Norbert Elias, a imagem da burguesia industrial como classe social em ascensão foi simbolicamente apreendida, no plano das idéias, como evolução da inteligência da humanidade.

Nesse momento, o domínio da técnica e da natureza e a iminência de ascensão da burguesia contribuem para disseminar o sentimento de que a cultura avançava e que, por isso, cada povo seria devedor de eras passadas que, de um ou de outro modo, teriam contribuído para o progresso da humanidade. Diante dessa leitura, a história universal justificava-se “com o argumento de que a concatenação dos eventos que tinham levado às circunstâncias das gerações atuais só podia ser entendida quando fosse reconhecido (...) que ‘uma longa cadeia de eventos, interligados como causas e efeitos, estende-se desde o presente até os primórdios da raça humana’” 2.

No entanto, mesmo que em seus primórdios a história literária tenha sido concebida em estreita conexão com a filosofia da história, imediatamente depois, a primeira delas desliga-se da segunda. Com isso, a história literária deixa de observar os nexos causais que ligam uma série de acontecimentos numa longa cadeia histórica. Ao falar em filosofia da história, os momentos germinais da história literária pressupunham que o acompanhamento cronológico dos autores e obras ao longo de uma cadeia temporal dependia da

averiguação dos princípios sociais, culturais e políticos que ligam as fases de uma literatura às da literatura mundial.

Dependia também comparação entre os traços básicos dessa literatura dada com os que norteiam as literaturas de todo o mundo, procedimento este capaz de fornecer o entrelaçamento factual entre elas e, com isso, a medida do progresso da humanidade. No entanto, ao longo do século XIX, esse imbricamento entre filosofia da história, história da literatura e literatura comparada desapareceu, cedendo lugar e esbarrando no isolamento da história ao âmbito da cultura, sem que se ressaltasse suas inter-relações com a história política e social. Ao mesmo tempo, verificou-se que a história literária aderiu, em todo o Ocidente, à ideologia nacionalista.

A retirada da história literária do âmbito político e seu conseqüente alheamento na esfera da cultura, sobretudo na religião, na ciência, na arquitetura, na filosofia e na literatura, deve-se, para Norbert Elias, ao fato de que, no século XVIII, a história política e os assuntos dos Estados absolutistas eram de competência dos membros da nobreza, configurando um espaço que simbolizava, para os membros da burguesia ilustrada, a "área de sua humilhação e de sua falta de liberdade".

Nessa ótica, o afastamento da política do âmbito da história, ilhada na cultura, resultou, entre outros fatores, de uma postura dos intelectuais do idealismo alemão, em geral membros da burguesia, que se recusou a adotar um gênero de história que, naquele momento, assentava seus fundamentos no relato dos feitos dos filhos da nobreza e dos conflitos e alianças entre os membros da aristocracia dominante. A predisposição antipolítica da história literária formulada no século XVIII pelos idealistas alemães resultou também de uma práxis política estratégica.

Na Alemanha a revolução burguesa não ocorreu antes do final do século XIX e assim mesmo como um rearranjo entre nobreza e burguesia. No século XVIII, os letrados evitaram entrar em choque com os principados e os grupos aristocráticos, procurando, com isso, manter sua própria integridade individual, numa passiva resignação que, além de evitar o conflito aberto, permitia afirmar seu lugar intermediário na hierarquia social:

"A retirada para o domínio não-político da cultura possibilitou-lhes manter uma atitude de reserva, com freqüência eminentemente crítica, em relação à ordem social existente sem se envolverem em qualquer tipo de oposição ativa ao próprio regime e sem qualquer conflito aberto com seus representantes. (...) Qualquer oposição determinada e ativa contra esse regime e seu principescos e aristocráticos grupos dominantes por parte de grupos da classe média alemã -e com freqüência paralisada- pelo medo de que pudessem pôr em perigo sua própria e elevada posição em relação às ordens inferiores, se abalasse o regime existente através de uma luta contra a posição elevada das ordens superiores" 3

Mesmo depois dos desdobramentos da Revolução Francesa, quando, na França, a burguesia consolida-se no poder, a tendência a isolar a história ao âmbito cultural se manteve. Nesse momento, a imagem da violência e da subversão revolucionária confirma e acentua ainda mais a predisposição antipolítica da história, instrumentalizada nesse momento contra a adoção dos direitos individuais. Providencial, o isolamento na esfera da cultura -num momento em que a burguesia trai sua aliança com o proletariado e se nega a adotar os direitos universais-, possibilitou transformar as reivindicações por liberdade individual em uma defesa da liberdade da nação. Imediatamente os ideais nacionalistas do período revolucionário foram associados à imagem do Estado nacional.

O pressuposto de desenvolvimento da inteligência da humanidade e a previsão de que o futuro selaria um momento áureo em que as condições materiais e sociais melhorariam e teriam finalmente êxito foram deixados de lado. Em seu lugar, surge a noção de que a evolução da nação seguiria idealmente um desenvolvimento rumo à conquista de uma etapa civilizada, levando os símbolos do progresso como um desígnio global da humanidade a perder foro privilegiado.

Recuando em seu orgulho de tomar o desenvolvimento da ciência e do progresso como fonte de um futuro promissor, os intelectuais arregimentados em torno das elites políticas lançam uma cortina de fumaça sobre as promessas de um futuro promissor. O orgulho de que a humanidade e a inteligência humana caminhavam rumo a uma etapa superior transforma-se em ideal. Com isso, consuma-se o processo de secularização do Ocidente pela substituição das promessas de alcance do paraíso sagrado pela conquista, pela nação, do estágio civilizado.

Uma das maiores implicações do isolamento da história ao âmbito da cultura e do silêncio quanto a suas relações com a história política foi, segundo Elias, a modificação nos conceitos de "cultura" e "civilização". Deixaram de ser pensados como um processo dinâmico, sujeito a uma permanente transformação, passando a predominar a noção de que a cultura e a civilização seriam fenômenos imutáveis, possuindo origens remotas, frutos de uma sólida e ancestral tradição nacional.

A partir desse pressuposto, procura-se justificar o controle do Estado-nação pela burguesia por meio do levantamento das raízes ancestrais da nação, raízes essas que se propagariam ao longo do tempo não mais tendo em vista a herança consanguínea, mas considerando a imutabilidade remota da tradição nacional. Esse retorno a um tempo de origem mítico possibilitou que a história se afastasse do presente e, assim, das revoluções que assolavam o mundo inteiro na primeira metade do século XIX, em luta pela adoção dos direitos individuais.

Com isso, o estudo da razão universal que marcaria as fases de um povo foi substituído pelo levantamento dos heróis da tradição, projetando neles os

valores nacionalistas que se prestavam a justificar o controle do Estado pela burguesia. As pretéritas realizações dos heróis da tradição passam a ser catalogadas e construídas como orgulho da coletividade, formando, com isso, uma idéia de nação como uma tradição antiga e sólida. A concepção segunda a qual as nações iriam evoluir naturalmente rumo a uma grande civilização, desde que o Espírito de um povo se fortalecesse e se legitimasse na competição entre as nações, permitiu substituir o futuro pelo passado, numa busca por ações pretéritas que teriam contribuído para essa evolução.

Nesse processo de afirmação cultural da ideologia burguesa, a substituição dos direitos individuais por símbolos representativos da coletividade, como “nação livre” e “povo-nação”, imediatamente associados à imagem do Estado burguês imperialista, em suma, a disseminação do nacionalismo como um sistema de crenças tidas por sagradas e sobrepostas aos direitos individuais, torna-se, no período posterior a 1789, instrumento indispensável para afastar a política da história e das discussões literárias:

“Durante o período de sua ascensão, as classes médias de países europeus, tal como outras classes emergentes, tinham se orientado para o futuro. Uma vez elevadas à condição de classes dominantes, suas seções de liderança e suas elites intelectuais, à semelhança de outros grandes dirigentes, trocaram o futuro pelo passado a fim de basear neste sua imagem ideal delas próprias (...) basearam cada vez mais seu orgulho e suas pretensões a um valor especial ora na ancestralidade de sua nação, ora em realizações, características e valores nacionais aparentemente imutáveis. Uma imagem ideal de si mesmas como nação transferiu-se para o lugar supremo em sua escala de valores públicos; ganhou procedência sobre os mais antigos ideais humanistas e moralistas, triunfando sobre eles em caso de conflito, e impregnada de fortes sentimentos emotivos, converteu-se na peça central de seu sistema de crenças sociais”⁴ .

Em países como o Brasil em que a reforma burguesa foi feita não por meio de uma revolução armada, mas tendo em vista um realinhamento entre as elites políticas e econômicas para controlar o poder, esse alheamento entre cultura e história política já chega pronto. No mesmo passo, o nacionalismo não resultou de um processo de transformação dos princípios do nacionalismo não-estatal em patriotismo oficial, como na Europa.

Aí, o significado revolucionário do conceito de “nação” como uma entidade una, indivisível e soberana e como uma expressão política da coletividade, foi, nos termos de Hobsbawn (“Nações, Nacionalismo desde 1780 - Programa, Mito e Realidade”, Paz e Terra, 1991), absorvido pelo governos a fim de que pudesse justificar a ideologia da expansão das nações a serem preparadas para integrarem a sociedade do futuro. Como se sabe, o nacionalismo oficial foi um fenômeno mundial que eclodiu a partir de 1820, fruto de uma aliança entre profissionais liberais, proprietários de terra, letrados e membros da nobreza, com receio dos levantes populares em luta pela igualdade dos direitos. No Brasil, a imagem de D. Pedro II com um tucano ao fundo, assim como a troca

de nomes portugueses dos letrados e dos agentes políticos por outros representativos da cultura local talvez tornaram-se um meio de naturalizar o poder monárquico e de associar a idéia de “nação” à política imperial:

“Esses nacionalismos oficiais podem ser melhor compreendidos como um meio de combinar a naturalização com a manutenção do poder dinástico, particularmente sobre os enormes domínios políglotas acumulados desde a Idade Média; ou para dizer de outro modo, como um meio de estender a pele curta e estreita da nação sobre todo o gigantesco corpo do império. (...) A chave para situar o “nacionalismo oficial” -fusão voluntária de nação e império dinástico- está em lembrar que ele se desenvolveu depois dos e como reação aos movimento nacionais populares que proliferam na Europa a partir da década de 1820. Se esses nacionalismos se moldaram nas histórias americana e francesa, assim se tornavam agora, por sua vez, modulares. Simplesmente havia algum tipo de escamoteação inventiva para permitir que o império parecesse atraente em roupagens nacionais” 5.

Como na Europa, também no Brasil a mobilização voltada para vincular o sentimento coletivo à nação destinou-se a canalizar os impulsos dos habitantes para a constituição da entidade “povo”, numa clara tentativa de homogeneizar e padronizar os habitantes do país em cidadãos da nação. Aqui, descartada a garantia dos direitos individuais pela manutenção da escravidão, a absorção do nacionalismo pelo poder estatal, durante o processo de estabilização do governo monárquico escravagista, coincide com seu anseio de legitimar, por um lado, sua posição de intermediador e administrador dos conflitos intra-elite e, por outro, em canalizar o sentimento de revolta, inerente ao período de lutas regenciais, para a dominação portuguesa.

Além disso, a criação do sentimento de pertencer à nação brasileira e da idéia de unificação do conjunto de habitantes em “povo” brasileiro, liberto do jugo português, permitiram deslocar para um segundo plano a própria escravidão, específica ao homem pobre e negro.

Nesse sentido, em “Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil”, Magalhães toma o desejo dos brasileiros de desenvolver a especificidade nacional como critério de avaliação das obras literárias produzidas na América portuguesa. A eleição desse critério não resulta apenas de um raciocínio anacrônico que projeta ideais e valores do presente no passado, tomando-o como um critério legítimo e a priori de avaliação da “inteligência” nacional.

Nesse texto, ao desistir de apresentar a literatura tendo em vista as razões sociais e políticas que a atravessam em cada fase, substituindo tal metodologia pelo acompanhamento da “marcha do desenvolvimento da inteligência nacional”, Magalhães submete sua história da literatura ao programa de definição da cor local, mas de tal modo que este se deixa impregnar pelos princípios de afirmação da ideologia de construção do Estado-nação.

Sua história da literatura brasileira divide-se em dois períodos distintos: o primeiro deles começaria com a chegada dos portugueses e se completaria no século XVII; o segundo deles iria do século XVIII, quando então ter-se-ia gestado, instintivamente, o germe da consciência nacional, e estaria ainda em vigência no momento do autor. Essa divisão da história da literatura brasileira em duas etapas obedece ao princípio segundo o qual a inteligência de um povo se manifesta em tempos remotos de forma instintiva, graças à propensão do ser humano para desenvolver a faculdade reflexiva.

Para Magalhães, o pendor natural dos “brasileiros” para desenvolver sua capacidade intelectual no período colonial teria sido impedido de evoluir, durante o primeiro século da invasão, já que os portugueses teriam tolhido e fechado todas “as portas e estradas que podiam conduzi-lo (o brasileiro) à ilustração”. Procurando averiguar quais foram as obras e os autores mais representativos desse primeiro momento, afirma que isso não seria possível. Sob sua ótica, essa impossibilidade devia-se ao fato de que, no período entre 1500 e 1700, a dominação portuguesa teria tolhido aos nativos a manifestação de sua inteligência, não sendo por isso possível ressaltar nenhum nome. Nesse período não teria havido nem “inteligência”, nem literatura “nacionais” porque, segundo o autor, os portugueses que vieram para cá eram “ineptos” e moralmente “degradados” e não teriam transmitido qualquer tipo de educação a seus filhos, nem desenvolvido neles o respeito pela tradição nacional

Nesse sentido, o gesto de tomar os ideais do presente como medida de avaliação do passado, num texto redigido num momento imediatamente posterior à Independência, quando as elites locais lutavam contra a ameaça de retorno da dominação portuguesa e se preparavam para assumir o controle do Estado centralizador, torna compreensível os esforços do autor de contribuir para o desenvolvimento do sentimento nacional e seu tacanho ajuizamento a respeito das influências da tradição portuguesa sobre a cultura local. A colônia surge aí tipificada como um antiparadigma do Espírito nacional, já que a dominação portuguesa teria receado desenvolver a “inteligência nacional”, temendo que “a mais alto ponto o Brasil se erguesse, e a glória lhe ofuscasse”.

Em que pese a contribuição de “Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil” para a periodização da história literária, aí, a “invenção de uma tradição” justificando a “marcha” progressiva da raça brasileira foi, antes de tudo, uma exigência da cartilha liberal que condicionou o desenvolvimento de uma nação à existência de uma burguesia culturalmente forte. Tal qual estava posto naquele momento, o resgate dos heróis nacionais funcionou como fator de arregimentação da elite ilustrada, permitindo-lhe assegurar sua condição de agente “remodeladora”, nos termos de Alfredo Bosi, do “corpo universal de idéias”, indispensável à centralização da política e da economia pelo Estado monárquico.

Apoiados nas noções de “gênio” e “glória” nacionais, interpretados como missão pela pátria, os historiadores do período inauguraram um cânone no qual incluíam-se uns aos outros na fase dita então “reforma da poesia”, alguns

deles autores ainda de obra única. Com isso, foram criando um sistema intelectual afirmativo da elite detentora do poder e uma meritocracia letrada, como se pode comprovar nas límpidas palavras de um dos historiadores da literatura, Joaquim Norberto, num prefácio de 1841 a “Bosquejo da História da Poesia Brasileira”:

“A publicação desse livro é uma tentativa, um primeiro vôo de quem deseja voar muito, e que bem conhece o que pode lucrar com ele, é ter um meio fácil que o conduza ao fim de seus desejos, uma recomendação, embora quase nula por si mesma e pelas circunstâncias atuais, que lhe abra as portas da sociedade e lhe facilite a marcha na arena da literatura” 6

Na França, a definição dos princípios de construção do sentimento nacional no relato da história, vinculando tal sentimento à idéia de nação una e soberana, foi estabelecido por Mme. de Staël. Contemporânea da Revolução Francesa, a maior participação dessa autora no cenário intelectual francês se deu durante o Império de Napoleão, num período em que os letrados procuravam estabelecer os critérios de construção da literatura adequados ao gosto da burguesia. Responsável pela divulgação da filosofia idealista na França, Mme. de Staël, em “De la Littérature”, lança os princípios capazes de canalizar o sentimento para a imagem do Estado nacional e de construir para ele uma tradição sólida, de passado razoavelmente durável.

Pressupondo a igualdade dos direitos individuais e o acesso de todos à educação, Mme. de Staël legisla o bem feito, a pureza da linguagem e a nobreza das expressões como um imperativo das Luzes, como forma de educar os “costumes vulgares e grosseiros” do povo. Nesse sentido, ao tratar da relação entre literatura e liberdade no Estado democrático, submete a obra bem feita à necessidade do governo de moldar e conduzir a opinião pública de acordo com seus interesses, não mais pela força, tal como ela lê a política do Antigo Regime, mas por sua capacidade de argumentar racionalmente. Para ela, essa obra ideal teria por função divulgar os ideais iluministas, contribuindo, assim, para convencer “democraticamente” um povo quanto aos novos fundamentos que o governo desejasse estabelecer:

“É pelo progresso da literatura que se pode combater eficazmente velhos preconceitos. Os governos em países tornados livres, têm necessidade de destruir os antigos erros, o ridículo que o afasta dos jovens, de desatar a convicção da idade antiga; têm necessidade, para estabelecer novos fundamentos, de exercitar a curiosidade, a esperança, os sentimentos criativos enfim, que deram nascimento a tudo que existe, a tudo que dura; é na arte de falar e de escrever que se encontram os únicos meios de inspirar estes sentimentos”. 7

Para a autora, o acúmulo do conhecimento ao longo de uma tradição seria um fator de superação da tristeza e da dor. Ao tomar contato com livros escritos com emoção, portadores de sentimentos bons e belos, o leitor se veria

reconfortado das adversidades da vida. A melancolia, a tristeza e a emoção são aí tratadas positivamente, como elementos embaixadores de conformismo.

A literatura virtuosa, eloqüente e entusiasta, expressa em tom melancólico, seria uma exigência da necessidade de transformar a insatisfação política em um estado de alma elevado, de tal forma que o leitor pudesse se identificar com a tristeza explorada pela obra e experimentasse, assim, um sentimento de “segurança e confiança na espécie”.

Nesse sentido, o anseio pela glória literária torna-se, em Mme. de Staël, funcional, pois permitiria despertar a consciência nacional dos escritores reunidos nos limites geográficos de um país, incumbidos de determinar valores morais públicos e universais. Caso não o fizessem, os indivíduos permaneceriam isolados nos limites domésticos que o sistema patriarcal lhes impusera, e a nação, por sua vez, impedida de subir um novo degrau em direção à conquista da civilização.

Para escapar dessa condição, seria necessário determinar a universalidade de princípios, como o amor à pátria, socializadores do gosto. Assim, o incentivo à glória literária torna-se, nessa ótica, uma das condições de fortalecimento de uma literatura, sem a qual um povo não formaria nação e esta, por seu turno, não alcançaria a civilização. O desejo de glória literária não adquire aí a fórmula hoje já bastante conhecida da concorrência autoral, mas está posta como uma nobre tarefa que abriria caminho rumo à civilização.

Defendendo entusiasticamente a virtude e as Luzes, o poeta, para Gonçalves de Magalhães, contribuiria para o desenvolvimento do progresso de uma nação que, por sua vez, se veria em pé de igualdade para concorrer com as outras pelo título de “civilizada”. Ao lado do incentivo à glória literária, Mme. de Staël determina a virtude, a eloqüência e o entusiasmo como condições essenciais para garantir um padrão de comportamento social e um paradigma literário.

Será nesse sentido que o desejo não só de Magalhães como da maioria dos poetas do século XIX de consolidar uma sociedade brasileira civilizada se casa com o interesse de forjar uma posição de relevo para a categoria. Esse desejo, em muitas passagens da obra desse autor, expressa-se de forma a desencadear um movimento circular em que tanto a formação da sociedade brasileira dependeria da existência de uma elite ilustrada, quanto, reciprocamente, o prestígio dessa elite adviria junto com essa formação. Valendo-se de Mme. de Staël, Magalhães faz depender o sucesso de uma nação ao dos “grandes homens”, compreendendo a “glória dos grandes homens” como “patrimônio de um país livre”.

Ao fazer a glória do país depender da glória do escritor, Magalhães, em “Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil”, associa sua dificuldade de eleger “os gênios” do período colonial ao desinteresse do governo português de proteger e oferecer emprego aos escritores do período:

“Misquinha intençoens politicas, por não avançar outra cousa, leis absurdas, e iniquas dictavam, que o progresso da civilisação, e da industria entorpeciam. Os melhores genios em flor morriam, faltos deste orvalho protector, que os desabrocha; um ferrete ingnominoso de desapprovação, na frente gravado do Brasileiro, indigno o tornava de altos e civís empregos. Para elles obstruidas e feixadas estavam todas as portas, e estradas que á illustração o conduzir podiam” 8

Defendendo o mesmo ponto de vista, Pereira da Silva, num artigo publicado no número 2, da “Revista Niterói”, defende explicitamente uma relação de cumplicidade entre o escritor e o poder político. Assim como em Magalhães, Pereira da Silva acredita que o fortalecimento do Espírito de um povo, ou do gênio nacional ocorreria não pelo acesso de todos à educação, tal como na orientação da Declaração dos Direitos Humanos, mas pela garantia de emprego aos homens de “talento”:

“(...) o governo que reúne em torno de sí, e chama aos empregos os homens de talento, anima a nacionalidade, faz prosperar a Moral, e as lettras; porque o genio nada mais sendo que o bom senso applicado aos fundos da razão, e esforçando-se em estudar e aperfeiçoar-se, faz com que se aprofunde a arte de mover os homens, os segredos da virtude, do bello ideal e do mundo moral 9.

Longe de defender o direito de todos à educação, esse autor reclama do direito do cidadão comum de exercer seu talento, determinando, com isso, uma função utilitarista para a literatura e outra educativa, para o poeta. Nesse caso, a literatura seria a “arte de mover os homens”, e a atividade do poeta limitar-se-ia à divulgação dos valores da “boa” moral, capaz de estabelecer uma eclética conciliação entre as diferenças do pensamento.

Em “Ensaio Sobre a História da Literatura Brasileira”, outro fator que teria impedido o desenvolvimento da inteligência “brasileira” liga-se à “escravidão” do Brasil por Portugal. A projeção da responsabilidade pelo atraso cultural para a Colônia portuguesa permite a Magalhães afastar-se do principal problema que assolava a economia e a sociedade brasileiras do período, a escravidão, omitindo-se quanto o papel dos negros na cultura brasileira.

Já antes de seu texto, a proposta de retomar a miscigenação no Brasil como fator de definição do “caráter” social brasileiro esteve na ordem do dia, por meio do texto de Ferdinand Denis, “Resumo da História da Literatura Brasileira” (1826), com quem o artigo de Magalhães também dialoga. Denis fez parte da comissão de letrados franceses patrocinados pela corte de D. João VI que introduziu no Brasil, após três séculos de colonização, um clima favorável à recepção das idéias românticas, produzidas na Europa, especialmente a francesa.

Nesse autor, a proposta de construção de uma literatura brasileira deveria levar em conta, além do destaque concedido à descrição entusiasmada da

paisagem local, os traços da cultura portuguesa, da africana e da indígena. Para ele, o “caráter” típico do brasileiro seria delineado por uma suposta melancolia, originária da tristeza entre os negros diante da escravidão, da saudade da pátria sofrida pelo português e da melancolia heróica do aborígene, em luta pela posse da terra. A máxima do romantismo segundo a qual a emoção e o sofrimento devem ser a fonte de inspiração poética está aí claramente transportada para a tipificação do que Denis toma por “caráter” brasileiro.

No entanto, a retomada dessas idéias por Magalhães resulta numa desqualificação dos portugueses e na exclusão da contribuição da cultura africana sobre a brasileira. Ao lado da descrição entusiasmada da paisagem local, Magalhães privilegia apenas a cultura indígena como fator de definição da literatura brasileira e, ainda assim, aquela de um período mítico e remoto.

Quanto ao índio que mendigava pelas ruas da Corte, numa espécie de semi-escravidão, durante o momento em que o “Ensaio Sobre a História da Literatura Brasileira” foi redigido, não há uma única menção. No texto, diferentemente, o índio é visto como representante de uma tradição local remota e abortada, devendo ser retomado idealisticamente pela literatura brasileira. Por outro lado, em seu texto, as palavras destinadas a explorar a escravidão limitam-se rapidamente a seu empecilho para a livre expansão do mercado.

Em geral, ao longo de “Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil”, privilegia-se a discussão a respeito da manutenção da escravidão apenas no que toca à exploração do Brasil por Portugal, não tendo em vista a exploração do negro. Com isso, Magalhães expressa não apenas sua reação contrária à presença do português na literatura brasileira, como ainda sobrepõe a liberdade da nação à do indivíduo, pressupondo aquela como de interesse da coletividade:

“Assim é que um bárbaro senhor algema seu escravo, receoso que ele se escape, e só lhe desprende um braço ou outro quando delle algum trabalho requer. A Economia Política tem combatido victoriosamente o erro, que desde muito lavrava na política, que um povo não pode prósperar senão a custa de outro povo, e com o sacrificio de tudo que o rodeia. Política essa que à imitação dos Romanos, e de todos os povos dos baixos tempos, Portugal exerceu sobre o Brasil” 10.

Essa metodologia da história da literatura brasileira iniciada por Magalhães foi desenvolvida posteriormente pelos intelectuais reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 e patrocinado posteriormente por D. Pedro II. Além desse autor, o IHGB contou com membros como Gonçalves Dias e Araújo Porto Alegre, aglutinando os esforços voltados para construir a historiografia nacional e literária.

Outorgando-se o dever de desenvolver o projeto de civilização, esse grupo passa a se interessar pelos estudos de técnicas científicas, pelos problemas de constituição dos Estados emergentes, pela reunião de documentação que fornecesse o resgate da história do Brasil e da família imperial e, entre outros objetivos, pela pesquisa das tradições do país, a do aborígene incluída. A garantia do orçamento desse Instituto pelo Estado e a ocupação de altos postos na hierarquia do Império por seus membros fundadores evidenciam o caráter oficial de seus estudos. Em geral, tais estudos procuravam destacar marcos do passado e heróis que pudessem antecipar e pré-figurar a defesa do sentimento da pátria e da unidade nacional e justificar a coesão do Estado nacional.

Plasmada sob a forma de bosquejos, manuais de história, biografias, prefácios, ensaios, polêmicas e cartas, essa história da literatura prescreve a representação da cor local sob uma perspectiva eloqüente e entusiasta, ressaltando, por exemplo, um aspecto sublime na natureza. Recuando no tempo até a uma etapa primitiva no suposto sistema de evolução, a escrita da história da nação e de seus heróis, feita de forma virtuosa e grandiloqüente, permitiu, como lembra João Cezar de Castro Rocha, esquecer os eventos históricos inconvenientes para a política da época.

Tal metodologia "esqueceu", por exemplo, as revoluções regenciais que ameaçavam o controle do país pelas elites políticas e econômicas, ressaltando apenas eventos e heróis que interessavam à idealização do "espírito" nacional. Em outro elemento inerente a essa metodologia, a busca das origens da nação com seu conseqüente princípio de evolução permitiu, a um só tempo, oferecer e alimentar o sentimento de se fazer parte de um mesmo passado, assegurar a estabilidade do presente e transferir para um período indeterminado a conquista de um estágio superior e civilizado.

Para a história literária, as implicações dessa tendência antipolítica não foram em número reduzido. Ao se abortar o pressuposto de que a construção de seus princípios norteadores deveria considerar, de um lado, a idéia fundamental que atravessa as fases da história de um povo e de sua literatura e, de outro, seus nexos factuais com a história da humanidade que teriam contribuído para o desenvolvimento da sociedade, perderam-se os elos que a ligam à literatura comparada, levando esta a se pôr, ainda em nossos dias, em busca de seus próprios fundamentos.

Em cada elo da cadeia que se observa, as contradições que o afastamento da história do âmbito político geraram são múltiplas, perpetuando-se em cada um desses elos. Entre elas, a adoção do ideal de objetividade do historiador na descrição dos fatos faz com que este abstraia o ponto de vista do presente e tome o valor e o significado de uma época passada independente do curso posterior da história.

As épocas são assim tomadas como válidas em si mesmas, e os períodos do passado tornam-se mero estágio de transição para uma geração seguinte, o

que resulta na destruição do encandeamento lógico dos fatos, fazendo com que cada época seja vista como natural, como produto da justiça divina. A primazia de um primeiro período sobre um segundo e assim sobre um terceiro, sucessivamente, faz com que o passado se desvincule do presente, e com que a história se torne, num termo de Jauss, “um elefante branco” que “simplesmente enfileira vida e obra de escritores em seqüência cronológica”, não constituindo, com isso, história alguma 11 .

Por outro lado, ao fazer o relato cronológico dos períodos e obras da literatura estabelecendo a priori o cânone nacional como medida de sua avaliação, a história literária romântica elege um momento ideal em que a série de acontecimentos “culminam na unificação nacional e no apogeu de um modelo clássico nacional”. Diante do momento de culminância desse modelo, os períodos posteriores correm o risco, num termo de Jauss, de se transformar em “manifestação decadente”.

Assim, uma vez que o fio condutor da história literária torna-se a observação do desenvolvimento da individualidade nacional, não mais os nexos históricos, sociais, políticos, filosóficos e culturais que atravessam a própria série de acontecimentos, a razão universal da filosofia da história desagrega-se na multiplicidade das individualidades nacionais, até se afunilar no mito literário a respeito dos antecedentes gloriosos de um povo e de sua literatura.

Por outro lado, a incorporação do “valor-nação”, “valor-povo” como critério de ajuizamento das obras de arte, tendo em vista sua maior ou menor adesão à ideologia de sentimento nacional, fez com que os historiadores românticos “substituísem o critério formal de beleza do ideal clássico pelo critério histórico de valor representativo dos autores e obras” 12 . Enumerando cronologicamente os períodos, obras e autores, a história literária romântica ordena seu material segundo aquilo que se mantém em meio às tendências gerais, gêneros e outras categorias que apresentam relações meramente factuais. Mas o conhecimento do que permanece em meio à mudança desobriga uma atenção aos princípios estéticos que delimitam cada obra individualmente e cada pensamento poético singular, avaliado um e outro tendo em vista a herança legada pela coletividade nacional e o processo contínuo de osmose entre a personalidade do escritor e a atmosfera cultural.

Uma das maiores conseqüências da perda dos nexos filosóficos, sociais, políticos e culturais que ligam os fatos do presente na leitura do passado e do enfoque da atenção, nas histórias literárias do século XIX, nas ações pretéritas é deixar de admitir que “os textos dispostos no tempo do relógio não têm a continuidade nem a organicidade dos fenômenos da natureza” e que “os escritos de ficção, objetos por excelência de uma história da literatura, são individuações descontínuas do processo cultural” 13.

Com isso, o pressuposto de uma natural organicidade na evolução da idéia nacional acarreta um desprezo e uma desconsideração à evidência objetiva de que, em tempos de capitalismo avançado, a história e as idéias apresentam

uma analogia com o modo de reprodução da economia mercantil. Pela lógica da mercadoria, o mercado, como argumenta Marx no "Manifesto Comunista", desenvolve-se, expande-se e reproduz-se destruindo incessantemente suas forças produtivas e seus produtos. Analogamente, o modo de reprodução da história e da história das idéias realiza-se como um processo de incessante ruptura, inventando novas articulações e pressupostos imediatamente destruídos.

Diante desse fenômeno objetivo, a linearidade temporalmente sucessiva alcança destruir também as idéias que não interessam ou que ferem a ideologia nacional. Deixando de lado a avaliação estética, silenciam-se as rupturas empreendidas no interior do cânone nacional, por meio da subversão dos gêneros e dos estilos que estabelecem uma descontinuidade nesse cânone. É essa negação do tempo descontínuo e a imposição do cânone nacional que contribuíram para que a crítica literária brasileira se mantivesse calada quanto à evidência de que, em 1853, Manuel Antônio de Almeida, ao fazer a ação de "Memórias de um Sargento de Milícias" localizar-se no período de D. João VI, remonta as origens do "caráter nacional" brasileiro a 1808, não ao período mítico da cultura indígena, apresentando, com isso, outra concepção de história do país, que não a do nacionalismo oficial.

É esse mesmo descaso com a descontinuidade no fluxo do tempo histórico e com a complexidade múltipla e vária do cânone que fez com que as poesias de juventude de Bernardo Guimarães, especialmente a satírica, fossem postas num segundo plano, ofuscada pela glorificação de seus romances regionalistas. Com isso, ofuscou-se também sua crítica ao indianismo, exposta, entre outros, no poema "O Elixir do Pajé", e à mercantilização da poesia por meio da eleição dos "heróis" da pátria, como denuncia na sátira "O Nariz Perante os Poetas". Ou mesmo que Álvares de Azevedo atravessasse o século XIX incólume, despercebido como autor de um texto de teoria da história literária brasileira, "Literatura e Civilização em Portugal", em tudo oposta ao paradigma nacionalista.

Cilaine Alves Cunha

É autora de "O Belo e o Disforme - Álvares de Azevedo e a Ironia Romântica" (Edusp/Fapesp)".

1 - Magalhães, Gonçalves de. "Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil", em: "Niterói, Revista Brasiliense", tomo I, versão facsimilada pela Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1978, p. 134-135.

2 - Elias, Norbert, "Os Alemães - A Luta pelo Poder e a Evolução dos Habitus nos Séculos XIX e XX", Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 121.

3 - Id., *ibid.*, p. 123

4 - Id., *ibid.*, p. 129-130.

5 - Anderson, Benedict. "Nação e Consciência Nacional". São Paulo: Ática, 1989, p. 97-98.

6 - Norberto, Joaquim. "Alguma Palavras Sobre Este Livro", em: Zilberman, Regina; Moreira, Maria Eunice. "O Berço do Cânone". Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 95.

7 - Mme. de Staël, « De la Littérature ». Paris: Flammarion, 1991, p. 78.

8 - Magalhães, Gonçalves de. "Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil", em: "Niterói, Revista Brasiliense", op. cit., p. 138-139.

9 - Pereira da Silva. "Estudos sobre a literatura", em: "Revista Niterói", no. 2, 1978, p. 216-217.

10 - Magalhães, Gonçalves de. "Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil", op., cit., p. 141.

11 - Cf. Jaus, Robert. "A História da Literatura como Provocação à Teoria da Literatura". São Paulo: Ática, 1994, p. 12.

12 - Bosí, Alfredo. "Literatura e Resistência". São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 10.

13 - Id., ibid., ibid.